



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638317 - RO (2021/0000643-0)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : DIEGO ANDRE SANTANA DE SOUZA
ADVOGADOS : FELIPE PARRO JAQUIER - RO005977
DIEGO ANDRE SANTANA DE SOUZA - RO010806
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PACIENTE : ELUANA PEREIRA DE SOUZA (PRESO)
PACIENTE : ALTAMIRO PAULINO DE CAMPOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ELUANA PEREIRA DE SOUZA e ALTAMIRO PAULINO DE CAMPOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (HC n. 0810216-03.2020.8.22.0000).

Os pacientes foram presos em flagrante no dia 10/12/2020 pela suposta prática do crime de tráfico de drogas e associação para o tráfico (arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/06). A prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

O impetrante sustenta que os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal, em decorrência da ausência de fundamentos concretos para justificar a custódia preventiva. Afirma que está ausente o *periculum libertatis*, porquanto os pacientes são primários e possuem residência fixa. Alternativamente, defendem seu direito à prisão domiciliar, pois os pacientes possuem 4 filhos menores, os quais necessitam dos cuidados dos pacientes.

Requer, liminarmente, a concessão da liberdade ou aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, ou a concessão da prisão domiciliar. No mérito, pugna pela concessão da ordem para confirmação da liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante

ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbetem pois, conforme salientado pelo desembargador relator do HC na origem:

No caso dos autos, numa análise provisória, própria deste momento processual, tenho que não restou demonstrada de forma inequívoca qualquer ilegalidade. Observo que a decisão que decretou a prisão preventiva encontra-se devidamente fundamentada ao constatar a existência de indícios de autoria e materialidade do crime atribuído a paciente, bem como o perigo gerado à sociedade gerado pela quantidade de substâncias entorpecentes apreendidas (404 gramas de pasta base de cocaína), sendo insuficiente a aplicação de outras medidas cautelares.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente